Ano VII - Nº 3.893

Quinta-feira, 26 de Julho de 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO



Foto: http://4.bp.blogspot.com

Projeto para inibir trotes

Ideia da vereadora Andréa Mendonça é punir responsáveis por chamadas indevidas a serviços de emergência

"O frequente acionamento indevido, com finalidade irresponsável, muitas vezes associado a 'brincadeiras', provoca o deslocamento desnecessário de recursos humanos e materiais, bem como exige determinado esforço de trabalho e tempo nos processos de triagem, que poderia significar a diferença entre a vida e a morte em face de situações reais que, eventualmente, venham a surgir", justifica a vereadora Andréa Mendonça (PV).

Leia mais na página 2

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Pedro Godinho
pedrogodinho@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Paulo Magalhães Jr.
pmjunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Moisés Rocha
moisesrocha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Alcindo da Anunciação
alcindoanunciacao@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Olívia Santana
oliviasantana@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Indicação de Andréa Mendonça visa inibir trotes

Ideia é ressarcir o Estado por chamadas indevidas a serviços de emergência

Os deslocamentos desnecessários de policiais ou equipes de resgate e combate a incêndio, provocados por trotes ou "brincadeiras", ocasionam despesas ao Estado. Isto, sem falar no gasto de tempo com triagem e na possibilidade de um caso real ser preterido em função de um fictício. Com o objetivo de tentar inibir essa prática, a vereadora Andréa Mendonça (PV) apresentou na Câmara Municipal de Salvador o Projeto de Indicação nº 15/12, dirigido ao governo estadual, estabelecendo o ressarcimento desses gastos, via conta telefônica das linhas utilizadas para as chamadas.

A proposição, que já recebeu parecer favorável à aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça, recomenda que os valores arrecadados com os ressarcimentos sejam destinados aos serviços de emergência envolvidos. Andréa chama atenção para a importância dos serviços de atendimento a emergências, em especial no que diz respeito às atividades de remoções e resgates, combate a incêndios e ocorrências policiais, frisando que eles exigem acurado planejamento e a disponibilidade de meios suficientes ao imediato enfrentamento das demandas.

Foto: Valdemiro Lopes



Vereadora Andréa Mendonça

"O frequente acionamento indevido desses recursos, com finalidade irresponsável, muitas vezes associado a "brincadeiras", provoca o deslocamento desnecessário de recursos humanos e materiais, bem como exige determinado esforço de trabalho e tempo nos processos de triagem, que poderia significar a diferença entre a vida e a morte em face de situações reais que, eventualmente, venham a surgir", justifica a vereadora.

Tabela de preços

Ela observa, ainda, que a frequência de chamadas indevidas provoca significativa "drenagem" dos já escassos recursos financeiros da administração estadual. E defende que o responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências devolvam aos cofres públicos as eventuais despesas relacionadas ao atendimento.

Para que a cobrança seja possível, Andréa Mendonça sugere que os órgãos e instituições públicas responsáveis pela prestação dos serviços de emergência divulguem tabelas de custos, abrangendo, separadamente, cada etapa das rotinas relacionadas ao atendimento, desde os custos de triagem das chamadas até os deslocamentos das equipes. Será preciso, também, adotar, junto às operadoras dos serviços de telefonia, as medidas administrativas e operacionais necessárias à identificação dos responsáveis pelos acionamentos e à posterior cobrança.

Os ressarcimentos, como deixa claro o projeto, terão como objeto único a cobertura das despesas com acionamentos indevidos, tendo em vista a manutenção da capacidade de pronta resposta dos serviços disponíveis à população, devendo os recursos arrecadados serem repassados pelas operadoras à Secretaria Estadual da Fazenda.

Heber Santana parabeniza a IEQ pelos 36 anos

Em moção o vereador destaca conquistas da Igreja do Evangelho Quadrangular

Em comemoração aos 36 anos de fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), o vereador Heber Santana (PSC) apresentou na Câmara Municipal do Salvador uma Moção de Congratulação pelos trabalhos realizados neste período. "Sabemos que ainda existem várias conquistas, mas, através da atuação dos membros da igreja, esses avanços acontecerão da melhor forma, sempre buscando a palavra de Deus e trabalhando em prol do ser humano", explicou o vereador.

Fundada em 22 de julho de 1976, pelos missionários Onésimo Rodrigues de Barros e Francisco Epifânio Rocha Almeida, no bairro de Água de Meninos, a IEQ tem se destacado pelos trabalhos sociais de combate às drogas. De acordo com o vereador, a Igreja do Evangelho Quadrangular antigamente era conhecida pelo nome de Prece Poderosa e foi ampliada para atender a diversos bairros da capital. "Hoje, a igreja está com cerca de 10 mil membros, o que mostra o seu comprometimento com a comunidade e seriedade dos seus trabalhos", completou Heber.

A IEQ – Salvador está subdividida em quatro regiões organizadas por pastores e superintendentes. São elas: Vasco da Gama (Valdemar Jacinto Costa); Caixa D'Água (Wilson Marques); Boca do Rio (Aércio Rodrigues Moreno) e Região Praia Grande (José Cosme).

CÂMARA MUNICIPAL

ATA

36ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 4º PERÍODO LEGISLATIVO DA 16ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2012.

PRESIDENTE: VEREADOR PEDRO GODINHO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2ª SECRETÁRIA: VEREADORA VÂNIA GALVÃO (ad hoc)

Compareceram os Senhores vereadores: ADRIANO MEIRELES, ALADILCE SOUZA, ALAN CASTRO, ALBERTO BRAGA, ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ALEMÃO, BALBINO DE CARVALHO (SABÁ), CARLOS ALBERTO BATISTA NEVES, CARLOS MUNIZ, DAVID RIOS, DR. GIOVANNI, DR. PITANGUEIRA, EDSON DA UNIÃO, ERON VASCONCELOS, EVERALDO BISPO, GERALDO FERREIRA JÚNIOR, GILBERTO JOSÉ, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JORGE JAMBEIRO, LAUDELINO CONCEIÇÃO, LEO KRET DO BRASIL, LUCIANO BRAGA, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, OLIVIA SANTANA, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, PEDRO GODINHO, TC MUSTAFA, TÉO SENNA e VÂNIA GALVÃO. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi anunciada a leitura do Expediente que constou do seguinte: Ofícios da Casa Civil da Prefeitura, da Casa Civil do Governo do Estado, da COELBA, do Conselho Regional de Serviço Social, da SESP, da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, da UFBA e do Governo do Estado; Telegramas do Ministério da Saúde; Comunicados do Ministério da Educação; Projetos de Lei nºs 210/12 do vereador Laudelino Conceição; 211/12 do vereador Adriano Meireles; 212/12 do vereador Paulo Câmara; 213/12 da vereadora Léo Kret do Brasil e 214/12 do vereador Alcindo da Anunciação; Projetos de Resolução nºs 51 a 53/12 da Mesa Executiva e Requerimento nº 149/12 do vereador Laudelino Conceição. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor presidente anunciou a votação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 210/11, antes esclarecendo acordo para votação, na próxima Sessão, de Moção do vereador Joceval Rodrigues e do Projeto do vereador Alcindo da Anunciação. O vereador Téo Senna encaminhou pela manutenção do Veto. Foi feita a chamada nominal para votação. Encerrada a votação os vereadores: Alcindo da Anunciação e Alfredo Mangueira fizeram o escrutínio. Houve 30 votos, 26 votos a favor e 04 contrários, ficando mantido o Veto. O Senhor presidente reiterou haver acordo entre os líderes do governo e da oposição para hoje, e para a próxima Sessão, votação de Proposições polêmicas, inclusive o Projeto do vereador Alcindo da Anunciação e a Moção do vereador Joceval Rodrigues. Pela ordem, o vereador Alcindo da Anunciação disse não compreender existirem Projetos polêmicos e não polêmicos. Considerou que estava havendo capricho da liderança do governo para a votação de hoje. O vereador Téo Senna respondeu não haver capricho e sim, haver um acordo entre as lideranças do governo e da oposição, contendo Proposições de vereadores e, para a próxima quarta-feira votação de Proposições polêmicas. A vereadora Vânia Galvão endossou o quanto informado pelo vereador Téo Senna. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues reiterou o que foi pactuado pela líder da oposição com a liderança do governo e apelou em favor das entidades de Utilidade Pública Municipal. O Senhor presidente apelou pela votação do acordo, inclusive em favor das entidades de utilidade pública. Associou-se ao compromisso dos líderes da situação e da oposição . Pela ordem, o vereador Alcindo da Anunciação propôs a análise dos Projetos das quatro ou cinco entidades que se encontravam na situação de pendência e depois votar-se os demais Projetos com discussão. Pela ordem, o vereador Dr. Pitangueira considerou inaceitável o embargo à votação feito pelo edil Alcindo da Anunciação. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza observou não haver Projetos do Executivo no acordo, somente Proposições de vereadores. Assim, apelou que se votasse o acordo e na próxima Sessão a pauta com todas as Proposições dos vereadores. O Senhor presidente ratificou o apelo ao edil Alcindo da Anunciação, que insistiu na proposta de pinçar as entidades com pendência e defendeu a discussão das matérias, argumentando independência e autonomia da Casa. O Senhor presidente pediu ao vereador Alcindo da Anunciação conceder crédito ao acordo para a próxima semana. O vereador Orlando Palhinha estranhou que o vereador Alcindo da Anunciação mudasse e o que acordou, consultado na reunião de líderes. A vereadora Vânia Galvão solicitou o início do processo de votação, tendo o vereador Alcindo da Anunciação o direito de discutir as Proposições. O vereador Téo Senna respondeu ao vereador Alcindo da Anunciação que não influencia vereadores e que não havia Projetos do Executivo no acordo. Lamentou o descrédito ao compromisso assumido pelas liderança do governo e da oposição e pelo Senhor presidente, tornando difícil a relação entre os parlamentares. Pela ordem, a vereadora Léo Kret do Brasil anunciou Projeto para obrigar os agentes públicos a matricularem seus filhos em escolas públicas, matéria em favor da Educação pública. Novamente pela ordem, o vereador Orlando Palhinha sugeriu convocação de reunião de líderes para terça-feira, o que foi endossado pelo edil Joceval Rodrigues. O edil Alcindo da Anunciação declarou o voto ao Veto, ao qual foi contrário. Em seguida, em apreciação o Projeto de Lei nº 267/10, o vereador Alcindo discutiu o Projeto na 1ª Discussão. Pela ordem, o vereador Dr. Pitangueira considerou que os acordos estavam quebrados. Pela ordem, o vereador Isnard Araújo criticou o vereador Alcindo da Anunciação pela obstrução ao acordo. O vereador Alcindo da Anunciação respondeu ao vereador Isnard Araújo que o debate é regimental e representa independência e autonomia desta Casa. O vereador Moisés Rocha e a vereadora Vânia Galvão solicitaram rigor nas questões de ordem e restrição ao tema do Projeto nas discussões. Houve sugestões de votar-se preferências, o Senhor presidente disse que consultaria o Plenário. O vereador Dr. Pitangueira discordou, idem a vereadora Vânia Galvão e o edil Jorge Jambeiro. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza solicitou a votação com preferência de Projeto de Resolução de sua autoria dado como aprovado, haja vista a proximidade da homenagem. O vereador Alfredo Mangueira fez apelo ao edil Alcindo da Anunciação a permitir a votação. O vereador sugeriu destacar as cinco entidades de utilidade pública municipal, mais as homenagens e Sessões Especiais prementes. O Projeto de Lei nº 267/10 foi aprovado em 1ª Discussão. Na 2ª Discussão, o vereador Alcindo da Anunciação continuou o debate. Verificada falta de quorum, a Sessão foi suspensa. Não se restabelecendo o quorum, antes de encerrá-la, a Senhora presidente Olívia Santana marcou outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros diversos do vereador Paulo Câmara.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

Vereador(es) licenciado(s)	Período	Fundamentação
SANDOVAL GUIMARÃES	18/07/12	Art.18, inciso II, Res.910/91

PROCESSOS DEFERIDOS

PROCESSO CMS Nº : 2355/2012
INTERESSADO : Manoel Reis Soares Almeida

PROCESSO CMS Nº : 2073/2011
INTERESSADO : Eloina Alves Leone

PROCESSO CMS Nº : 2070/2011
INTERESSADO : Maria Celeste Cruz

PROCESSO CMS Nº : 2402/2012
INTERESSADO : Eucledes Ferreira Santos

PROCESSO CMS Nº : 2371/2012
INTERESSADO : Juarez da Silva Azevedo

PROCESSO CMS Nº : 2410/2012
INTERESSADO : Ary Alves da Silva

PROCESSO CMS Nº : 2472/2011
INTERESSADO : Eucledes Ferreira Santos

PROCESSO CMS Nº : 2475/2012
INTERESSADO : Katiane Da Silva Souza

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

No **RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2012 publicado no DOL de 11/04/2012,** pág. 07.

Onde se lê:
OBJETO: Contratação de profissional especializado em relógio para manutenção de 01(um) relógio pedestal bim-bão de parede.

Leia-se:
OBJETO: Contratação de profissional especializado em relógios para manutenção de 02(dois) relógios pedestais bim-bão de parede.

No **RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2012 publicado no DOL de 30/05/2012,** pág. 10.

Onde se lê:
DOT.ORÇAMENTARIA: 01.031.038.2001-3.3.90.30

Leia-se:
DOT.ORÇAMENTARIA: 01.031.038.2001-3.3.90.39

EXPEDIENTE DA DIRAD

*** RETIFICAÇÃO**

No resumo do TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO CMS Nº 19/2010, publicado no DOL 06, 07, 08 e 09 de Julho de 2012

ONDE SE LÊ:
...
Valor Mensal Global – R$ 149.320,00 (Cento e quarenta e nove mil, trezentos e vinte reais).

LEIA-SE:
Valor Mensal Global – R$ 158.248,00 (Cento e cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta e oito reais).

Câmara entrega Prêmio Mulher Guerreira Maria Felipa

Mulheres negras serão homenageadas em sessão especial nesta sexta-feira, às 19h



Foto: Valdemiro Lopes

Dia Municipal da Mulher Negra é comemorado no dia 25 de julho

Em comemoração ao Dia Municipal da Mulher Negra, comemorado em 25 de julho, a vereadora Tia Eron (PRB), que preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, vai promover uma sessão especial, nesta sexta-feira (27), às 19h, no Plenário Cosme de Farias da Câmara Municipal de Salvador. Durante a sessão, será entregue o "Prêmio Mulher Guerreira Maria Felipa", troféu de honra ao mérito concedido às mulheres de origem afrodescendentes com destaque na militância da luta pela igualdade racial.

A sessão especial também discutirá a atuação do Conselho de Representante de Brasileiros no Exterior (CRBE) e o sistema político partidário, esclarecendo à população os motivos pelos quais o conselho foi instituído pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A sessão contará com palestra da conselheira Esther Naek, com atuação internacional na defesa da questão de gênero e raça em âmbito internacional.

Prêmio

O Prêmio Mulher Guerreira Maria Felipa, instituído por iniciativa da vereadora Tia Eron, teve sua titularidade em homenagem a Maria Felipa, "mulher negra heroína que teve papel fundamental na luta contra os portugueses, pela Independência da Bahia e do Brasil", como destaca a vereadora.

Durante a sessão, que contará com a senadora do Paraguai, Mirtha Palácios, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Mercosul, serão homenageadas com o prêmio: Ester Sanches Naek (EUA) – Conselho de Representante de Brasileiros no Exterior; Queila Rosa (Áustria) – fundadora e presidente da Associação Afro-Brasileira de Dança, Cultura e Arte (Abrasa); Jurema Araújo (França), idealizadora do Pan Mundial Africano; Carla Bahia (Argentina), conselheira do CRDE da América do Sul; a ialorixá Angélica Ferreira; a delegada Marilda Marcela da Luz; a corregedora da Polícia Civil Iracema Silva de Jesus; Vera Lacerda, presidente e idealizadora do Bloco Afro e Banda Araketu e Wanda Chase, jornalista da TV Bahia.

A desembargadora Luislinda Valois receberá o Prêmio Mulheres Distintas (premiação proveniente do I Fórum Social de Mulheres Imigrantes Brasileiras in Power realizado nos EUA em março de 2012).

Observatório da Discriminação Racial durante a Copa

Marta Rodrigues participou de reunião com Semur e Fundação Palmares

Implantado em Salvador desde 2005 em grandes eventos, como o Carnaval, o Observatório da Discriminação Racial funcionará também durante os eventos internacionais da Copa do Mundo no Brasil. Foco da atenção mundial em 2014, o país receberá seleções de 32 nações e, por se tratar da segunda nação com o maior número de negros, estuda estratégias para a fiscalização e prevenção de atitudes racistas, xenófobas e homofóbicas.

O assunto foi debatido entre o presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira de Araujo, a vereadora Marta Rodrigues, da Comissão de Reparação da Câmara de Salvador e Ailton Ferreira, secretário Municipal de Reparação da capital baiana, na manhã de quinta-feira (19). Para Eloi Ferreira, a ideia é aproveitar a visibilidade que a Copa trará, a fim de alertar para a importância do combate ao racismo. "Por meio do futebol internacional, queremos assegurar o respeito à diversidade e dar visibilidade às manifestações da cultura afro-brasileira", destacou.



Foto: Assessoria

Ailton Ferreira, Marta Rodrigues e Eloi Ferreira em reunião sobre o Observatório

Ele propõe que as manifestações que fazem parte da identidade nacional sejam incorporadas à missão do Observatório, tornando sua postura institucional referência nas questões racial e cultural.

Articulação

Marta Rodrigues frisou que a ideia é nacionalizar o trabalho, ampliando-o para todos os estados onde acontecerão os jogos da Copa. Mas, para que isso seja possível, alerta que é fundamental a articulação entre governo, instituições privadas e sociedade: "Em um evento internacional onde o lema é Juntos num só ritmo, não se pode andar passo a passo com as discriminações". Ela esclarece, ainda, que uma campanha como esta pode trazer inúmeros resultados positivos, como a reflexão dos próprios jogadores em relação à sua raiz e identidade.

Marcos Antônio Almeida Sampaio, presidente do Conselho Municipal das Comunidades Negras (CMCN), explica que a primeira grande experiência do Observatório já tem data para acontecer. "Será em 2013, durante a Copa das Confederações. O evento será a nossa base e o preparo para que possamos cobrir outros eventos internacionais", disse.

Segundo ele, os diagnósticos da exclusão a serem registrados durante esses eventos poderão servir de base para ações do próprio governo no combate ao racismo e na melhoria de serviços voltados a população negra. "Os dados serão importantes, pois poderão colaborar na criação de estratégias que venham a solucionar demandas sociais como desemprego, qualificação do atendimento à saúde, ensino e outros", completou.

No que diz respeito à ampliação do programa, entre as principais metas a serem alcançadas estão o desenvolvimento de campanhas educativas tratando das temáticas "racismo", "xenofobia" e "homofobia"; o mapeamento de oportunidades para a geração de emprego e renda aos afrodescendentes, garantia da equidade na participação de negros no mercado de trabalho durante o evento e a capacitação e qualificação dos envolvidos com este mercado.

Ailton Ferreira pontua que o Brasil tem o dever de tratar das questões de racismo. "Temos que mostrar ao mundo que estamos atentos", diz. Dada a relevância do futebol brasileiro e os atos racistas a que jogadores do país já estiveram submetidos, ele explica que uma das propostas em estudo é uma campanha em que apareçam jogadores-ícones, acompanhados do slogan "No país dos craques não cabe racismo".